



**ATA DA REUNIÃO Nº 13
DA CÂMARA COMUNITÁRIA DE QUALIFICAÇÃO DO AMBIENTE
CONSTRUÍDO DO CONSELHO DA CIDADE
- ORDINÁRIA -
14 de fevereiro de 2011**

No décimo quarto dia do mês de fevereiro do ano dois mil e onze, reuniu-se a Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável, Conselho da Cidade, em caráter ordinário, na Sala de reuniões da Conurb, à Rua XV de Novembro, nº 1.383, Bairro América, às dezessete horas e trinta minutos, atendendo à convocação do coordenador Lauri do Nascimento e do Presidente do Conselho da Cidade, Luiz Alberto de Souza, para tratar da seguinte pauta: a) Leitura do edital de convocação; b) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; c) Nova Lei de Ordenamento Territorial; d) Aprovação (ratificação) do calendário de reuniões para 2011; e) Assuntos gerais. Dispensada a leitura do edital de convocação e da ata da reunião anterior, esta foi aprovada e assinada pelos conselheiros presentes. No início da reunião os conselheiros trataram da questão do calendário de reuniões para este ano, que foi aprovado com apenas uma alteração: a reunião de novembro será no dia vinte e um. O coordenador Lauri lembrou que a seu pedido a Secretaria Executiva fez uma enquete entre os conselheiros para saber qual o melhor dia da semana e horário para as reuniões, e oito titulares e três suplentes escolheram manter o dia e horário atuais, o que nesta reunião ficou ratificado, por serem maioria. Lauri falou também sobre a importância da pontualidade dos conselheiros nas reuniões. Os conselheiros falaram sobre a dificuldade de participação de alguns conselheiros, e uma sugestão do conselheiro Ivandro de Souza é de que a conselheira Nilzete Farias Hoenicke peça ao Presidente do Conselho da Cidade que formalize sua suplente Ágida Regina Felício de Campos como titular. Sobre a pauta das reuniões, Lauri comentou que a Câmara tem abordado previamente o que será discutido no Conselho Consultivo e Deliberativo, e disse que se algum conselheiro quiser participar das reuniões do Conselho Consultivo e Deliberativo será bem recebido. Os conselheiros passaram para o próximo item da pauta, a discussão sobre a nova Lei de Ordenamento Territorial. Lauri explicou que o tema foi trazido para esta reunião porque no dia dezessete de fevereiro será realizada uma reunião para apresentação desse assunto, e disse que fez algumas anotações no material recebido para ser discutido e levado naquela reunião. O conselheiro Gilberto Pires Gayer sugeriu que se fizesse um levantamento dos pontos mais relevantes e conflitantes para poderem tirar dúvidas na reunião. Disse que a Lei de Ordenamento Territorial altera parâmetros urbanísticos, mostra como está e como ficará a cidade, e trata do seu zoneamento. Lauri disse que lhe chamou a atenção os loteamentos de pequeno porte, com até cinco unidades, que não existem na lei atual. Continuou lendo as propostas sobre as áreas doadas pelo empreendedor para implantação de equipamentos públicos e áreas verdes, destinadas ao uso público, e o Plano de Infra-estrutura e Equipamentos Públicos Urbano e Rural, e comentou que em Curitiba há muitas praças e parques, e são muito usados pela população. O conselheiro Renério Elias Leite Neto disse que a Outorga Onerosa ajudou a acertar essa questão das praças em Curitiba, pois lá a prefeitura compra os terrenos “fundo de vale”, e com essa prática os proprietários começaram a preservar para vender. Disse que as áreas de alagamento foram transformadas em parques. A conselheira Rosana Barreto Martins disse que Curitiba já utilizava a Lei de Outorga Onerosa antes de fazer parte do Plano Diretor, e que é uma prática comum em Curitiba a população ir aos parques. Gilberto Gayer comentou que a falta de parques em Joinville está ligada à questão cultural; antigamente ninguém utilizava as praças e parques, utilizavam somente as recreativas das empresas. Mas disse que essa cultura começou a ser modificada com a vinda de outras pessoas para a cidade. Ivandro disse que isso faz sentido, pois os donos das indústrias incentivavam essa prática, construindo recreativas e mantendo os empregados nelas. Rosana comentou que hoje as recreativas estão liberadas para o uso da comunidade, não precisa ser trabalhador da empresa para dela fazer uso. Em sua opinião, não é verdade que nós não temos a cultura de praças, e que em Curitiba a população não precisa solicitar a construção de praças. O conselheiro Renato Godinho lembrou que em dois mil e dez a Conurb, através do Orçamento Participativo, OP, concluiu quatorze praças, entre reforma e construção. Lauri disse que a nova calçada do batalhão foi fruto do OP, discutida e solicitada pela Associação dos Moradores do Bairro



GT4 – Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

América, Amaba. O conselheiro Jonas Fernandes Klug comentou que consta na proposta a obrigatoriedade de implantação de passeios e sinalização preferencial de trânsito nos novos loteamentos, e perguntou se quem está implantando o loteamento terá que incluir os passeios. O conselheiro Mário Eugênio Boehm questionou sobre o loteador ter que fazer a calçada antes da construção das residências. Renério disse que a melhor proposta da qual teve conhecimento até hoje é a de liberar o alvará de conclusão de obra com a calçada pronta. Renato Godinho disse que o problema de exigir calçada num loteamento novo e construir a residência depois, é que se deve deixar acesso para o carro. Lauri sugeriu que seja mantida a obrigatoriedade da calçada, mas na conclusão da obra. Ivandro disse que isso seria interessante, bem como a instalação de água e luz somente em lotes que tenham alvará de construção. Jonas chamou atenção na proposta sobre condomínio urbanístico, que limita o tamanho máximo para os condomínios urbanísticos localizados na área urbana, cujo objetivo é evitar grandes quadras muradas na malha urbana, gerando espaços inseguros, pouca vitalidade e dificuldades na circulação, tanto de pedestres como de veículos. Lauri comentou que a intenção é a geração de espaços seguros. Comentou que mora em um condomínio pequeno, e que nesses condomínios há interação entre os vizinhos. Mário comentou que o problema está no despreparo dos guardas, e que as guaritas ficam perto dos portões, e isso facilita assaltos e entrada de pessoas estranhas. Sobre a divisão territorial e o incentivo às atividades de turismo e lazer e a conservação e preservação da natureza, Lauri disse que temos que pensar na questão da água, nas fontes e nos mananciais. A proposta fala sobre criar áreas de amortecimento entre as áreas predominantemente agrícolas ou de preservação ambiental e as áreas urbanas consolidadas, e na opinião do conselheiro precisamos olhar para as áreas rurais, em relação ao zoneamento urbano, pois a proposta é eliminar o que é hoje definido como zona residencial e zona industrial, e considerar apenas como área urbana de adensamento prioritário, secundário ou especial. Renato comentou que é importante considerar a infraestrutura dessas áreas. Lauri disse que não se pode fazer somente o que o Estado quer, mas sim o que as pessoas precisam. Jonas perguntou sobre essa questão de adensamento, e alguns conselheiros acharam melhor aguardar a explicação do Ippuj, no dia dezessete, para entender melhor. Mário disse que o perímetro urbano não irá aumentar, mas em sua opinião deveria. Lauri comentou que há um histórico de avanço de Joinville em direção à área rural. Ivandro disse que se tem falado muito sobre imposto progressivo, mas que é a favor do imposto regressivo, pois se deve beneficiar quem utiliza o terreno e o preserva, pois a terra tem que servir para algo, e não para especulação. Lauri comentou que é necessário pensar maior, não só em benefício próprio, pois certamente isso terá a amplitude necessária para ajudar as pessoas. Mário perguntou como ficará a mobilidade no centro, e Rosana disse que carro não precisa andar no centro, e questionou: “porque carro tem que andar no centro?” Em sua opinião, devemos pensar num todo, em todos os serviços necessários, a infraestrutura, a mobilidade, a qualidade do transporte a qualidade do ar. Ivandro perguntou se caso os ônibus fossem equipados com ar condicionado, haveria mais pessoas utilizando esse serviço? Rosana respondeu que sim, que ela e seus filhos usavam. Renério lembrou que é mais barato andar de moto e de carro do que de ônibus, e enquanto não baixar, ninguém vai deixar o carro para andar de ônibus. Mário disse que não tem solução sem subsídio. Rosana disse que em Curitiba há muitas maneiras de transporte: para quem quer ir rápido, tem o vermelhão, e tem o circular e o ligeirinho. No domingo não se paga passagem, para as famílias poderem se visitar. Renério concordou com Rosana de que em Curitiba é melhor, mas não é barato e que quem tem carro não anda de ônibus. O transporte é caro, e sem subsídio não tem como. Ivandro comentou que o governo quer incentivar o uso do transporte coletivo, mas ao mesmo tempo dá incentivo ao mercado automobilístico para colocar mais carros e motos nas ruas. Em sua opinião, o assunto poderá ser debatido com mais riqueza de detalhes após a reunião do dia dezessete, e se for necessário poderiam fazer uma reunião extraordinária para continuar o debate. Rosana comunicou que esse ano não poderá participar das reuniões do CCD, pois acontecem na última quarta feira do mês, e nas quartas-feiras tem mestrado em Florianópolis. Disse também que os representantes devem ir mais preparados para essas reuniões, e precisam levar os posicionamentos da Câmara por escrito. Ivandro disse que o Conselho da Cidade tem um vício de origem que impede discussões com antecedência dos assuntos. Em sua opinião, o Presidente do Conselho da Cidade não deveria ser do Poder Público, mas sim da Sociedade Civil Organizada, pois sendo do poder público, ele traz os assuntos que estão sendo discutidos no Executivo, e os temas no Conselho da Cidade estão atrelados ao interesse do governo. Disse que no Conselho da Cidade os representantes deveriam ser na maioria da sociedade civil. Rosana comentou que é há um vício de origem sim, mas os conselheiros



GT4 – Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

104 devem mudar isso. Gilberto disse que os conselheiros devem se organizar e montar uma estratégia.
105 Na reunião do dia dezessete serão ouvintes, e surgirão vários questionamentos, por isso propôs
106 realizar uma reunião extraordinária depois do dia dezessete para discutir essas questões. Os
107 conselheiros marcaram para o dia vinte e um de fevereiro a próxima reunião, em caráter
108 extraordinário, para a continuação da discussão desse assunto. Nada mais havendo a tratar o
109 coordenador Lauri do Nascimento deu por encerrada a reunião, às dezenove horas e quarenta
110 minutos. Fica registrada a justificativa de ausência da conselheira Nilzete Farias Hoenicke e dos
111 conselheiros Francisco Maurício Jauregui e Andrei Michels. Eu, Patrícia Rathunde Santos, Secretária
112 Executiva do Conselho da Cidade, redigi a presente ata com base nas anotações de Dulcinéia Maria
113 da Silva, relatora da reunião. A ata vai assinada pelo coordenador, por mim e pelos conselheiros
114 presentes. Joinville, quatorze de fevereiro de dois mil e onze.

Lauri do Nascimento
Coordenador da Câmara Comunitária
de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

Patrícia Rathunde Santos
Secretária Executiva do Conselho da Cidade



**Fundação Instituto de Pesquisa e
Planejamento para o Desenvolvimento
Sustentável de Joinville**



GT4 – Câmara Comunitária de Qualificação do Ambiente Construído do Conselho da Cidade

Assinatura dos conselheiros presentes nesta reunião

PODER PÚBLICO		SOCIEDADE CIVIL	
TITULAR	SUPLENTE	TITULAR	SUPLENTE
- ausente - Andrei Adriani Michels	- ausente - Marta Regina Heinzelmann	- ausente - Francisco Mauricio Jauregui	- Mário Eugênio Boehm
		I - Entidades Empresariais	
Renato de Souza Godinho	- ausente - Francisco João de Paula	Renério Elias Leite Neto	Jonas Fernandes Klug
		II - Entidades de trabalhadores	
Gilberto Pires Gayer	- ausente - Giana May Sangói	- Rosana Barreto Martins	- ausente - Ilanyl Coelho
		III - Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa	
- ausente - Nilzete Farias Hoenicke	- Águida Regina Felício de Campos	Ivandro de Souza	- ausente - Franklin Urresta Orbe
		IV - Organizações não Governamentais (ONG's)	
- ausente - Thalles Vieira	- ausente - Elizabeth Tamanini	Lauri do Nascimento	- ausente - Alexsandra Turnes de Souza
		V - Movimentos Sociais	

Joinville, 14 de fevereiro de 2011

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.